



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 10ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810358

Processo nº **0033482-38.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARCONE MANOEL DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

**MARCONE MANOEL DA SILVA** ajuizou a presente ação de indenização securitária - DPVAT contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, também qualificadas na vestibular.

Pretende a parte autora perceber complemento de indenização recebida em razão de ter sido vítima de acidente de trânsito provocado por veículo automotor (DPVAT) em 25/08/2017.

Aduziu que a lesão sofrida ensejaria o pagamento do montante de R\$ 13.500,00, haja vista ter provocado debilidade permanente em membro. Afirma que recebeu administrativamente a quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Por fim, pede a concessão dos benefícios da justiça gratuita, que sejam julgados procedentes os pedidos articulados, condenando a parte demandada no pagamento da quantia R\$ 13.162,50.

Despachada a inicial, determinou-se a citação da parte demandada, bem como concedeu-se a gratuidade da justiça.

Devidamente citada, a demandada apresentou contestação (id. 47176726).

Informa inexistir documento imprescindível ao exame da questão, qual seja, laudo emitido pelo IML, a fim de quantificar a lesão.

Sustenta que fora realizado pagamento na via administrativa no valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e que o pagamento fora realizado tomando por base a lesão sofrida.

Por fim, pugna sejam julgados improcedentes os pedidos articulados na inicial e em caso de eventual condenação que os juros de mora sejam fixados a partir da citação e a correção monetária incida a partir da propositura da ação.

Intimada para apresentar réplica à contestação, a parte autora restou silente.

Em despacho de id. 53182893, determinou-se a realização de perícia.

Por meio da petição de id. 56082743, a parte demandada informa a realização do pagamento dos honorários periciais.

**Laudo pericial (id.54888625).**

Por meio da petição de id. 56448372, a parte demandada afirma que em análise à documentação médica acostada pelo autor, restam dúvidas quanto à autenticidade do receituário médico. Pugna pela expedição de ofício à CLIMED GUARARAPES, com intuito de confirmar a veracidade da documentação médica colacionada aos autos, bem como o depoimento pessoal



do autor e intimação de seu patrono, para que seja esclarecido o exposto na petição. Devidamente intimadas para falar sobre o laudo pericial, a parte demandante restou silente. Por sua vez, a demandada afirma que o autor não juntou aos autos nenhum documento médico conclusivo que corrobore com o elevado percentual atestado pelo perito. Requer sejam julgados improcedentes os pedidos articulados pela parte autora.

**É o que importa relatar. Decido.**

Com efeito, tenho que na hipótese vertente o processo encontra-se devidamente instruído com o laudo pericial e pronto para julgamento, o que passo a fazê-lo.

Inicialmente, quanto aos pedidos formulados pela demandada acerca da expedição de ofício à CLIMED GUARARAPES, com intuito de confirmar a veracidade da documentação médica colacionada aos autos, bem como o depoimento pessoal do autor e intimação de seu patrono, cuido que os mesmos não merecem guarida, porquanto o documento impugnado pela demandada não fora juntado pelo autor, ademais, a relação do médico com a clínica é algo extra autos.

Ademais, fora atestada nos autos pelo perito do juízo a ocorrência de lesão permanente.

Em sua contestação, a demandada afirma estar ausente laudo fornecido pelo IML, a mesma não merece prosperar, uma vez que o laudo do IML não se constitui em um documento obrigatório para ser anexado aos autos do processo como único meio de comprovação da invalidez ocasionada ao demandante. A parte autora consegue fundamentar sua pretensão através da documentação acostada à sua peça inicial, tratando-se dos laudos de atendimento/procedimentos médico que foram realizados em virtude do acidente com a vítima, além do laudo do perito do juízo.

Passo à verificação do valor a que a parte autora faz jus. Neste caso, deve o julgador averiguar se ocorreram as hipóteses mais gravosas, as que fazem surgir o direito ao recebimento do valor máximo da indenização prevista em Lei que corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ou não, caso em que a parte tem direito a um percentual sobre o valor máximo. Na presente situação, a parte autora sofreu lesão na mão direita, conforme esclarece o laudo de id. 54888625.

- 1) o dano corporal sofrido foi parcial incompleto;
- 2) houve “ perda completa da mobilidade de uma das mãos”, no percentual de 70%.

3) a repercussão da lesão foi leve no percentual de 25% sobre o percentual devido em razão do tipo de lesão sofrida, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

4) Calculando-se temos: 70% de R\$13.500,00 equivalem a R\$ 9.450,00, deste último retira-se a porcentagem correspondente à gravidade da lesão sofrida mostrada no laudo pericial, ou seja, 25% de R\$ 9.450,00, o que resultaria no montante de **R\$ 2.362,50** para efeitos de indenização.

Diante desse panorama, verifico que a parte autora faria jus ao recebimento da quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), tendo a parte demandante recebido administrativamente a quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Nessa senda, há que se falar em indenização complementar no valor de R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais).

Com relação ao pleito formulado pelo autor de condenação à demandada no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) referente às despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas, entendo que o mesmo não pode ser acatado, eis que a parte autora não comprovou ter despendido referidas despesas

Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pleito autoral, condeno a parte ré, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagar à parte autora, MARCONE MANOEL DA SILVA, a quantia de R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais), isso mediante a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e de correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir do



ajuizamento da ação.

Considerando a sucumbência recíproca, levando em conta que o autor indicou o valor de R\$ 13.162,50 para a causa, sendo parcialmente vencida já que somente faz jus a quantia R\$ 2.025,00, as partes arcarão com custas e honorários advocatícios na proporção de 30% para a ré e 70% para a parte autora arcar, suspensa a exigibilidade da mesma em relação à parte autora, tendo em vista que a mesma é beneficiária da justiça gratuita. Fixo os honorários no percentual de 20% do valor da condenação.

Considerando a entrega do laudo pericial pelo expert, bem como o pagamento dos honorários periciais pela parte demandada, expeça-se alvará em favor do perito no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Decorrido o prazo recursal, nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo

Registre-se. Publique-se. Intimem-se

Recife, 26/05/2020.

**Sebastião de Siqueira Souza**  
**Juiz de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0033482-38.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCONE MANOEL DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 10ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 62517941, conforme segue transcrito abaixo:

**SENTENÇA:** " [...] Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pleito autoral, condeno a parte ré, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagar à parte autora, MARCONE MANOEL DA SILVA, a quantia de R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais), isso mediante a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e de correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento da ação. Considerando a sucumbência recíproca, levando em conta que o autor indicou o valor de R\$ 13.162,50 para a causa, sendo parcialmente vencida já que somente faz jus a quantia R\$ 2.025,00, as partes arcarão com custas e honorários advocatícios na proporção de 30% para a ré e 70% para a parte autora arcar, suspensão a exigibilidade da mesma em relação à parte autora, tendo em vista que a mesma é beneficiária da justiça gratuita. Fixo os honorários no percentual de 20% do valor da condenação. Considerando a entrega do laudo pericial pelo expert, bem como o pagamento dos honorários periciais pela parte demandada, expeça-se alvará em favor do perito no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Decorrido o prazo recursal, nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo Registre-se. Publique-se. Intimem-se Recife, 26/05/2020. Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito "

RECIFE, 19 de junho de 2020.

**LARISSA NOGUEIRA BESSA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



Ciente, aguardando expedição de alvará.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0033482-38.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARCONE MANOEL DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção B da 10ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01774462-0**

Tudo conforme **SENTENÇA** de **ID 62517941** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado: "[...] *expeça-se alvará em favor do perito no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).*"

Eu, LARISSA NOGUEIRA BESSA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 19 de junho de 2020

**RAQUEL FERREIRA DOS SANTOS NIPPO**  
Diretoria Cível do 1º Grau  
(assinado eletronicamente)

**SEBASTIÃO DE SIQUEIRA SOUZA**  
Juiz de Direito  
(assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.

